

a discriminação baseada nas concepções de gênero assumam nova cara e continue marcando a vida das mulheres?

A leitura do livro em seu conjunto permite recuperar alguns dos dilemas colocados aos formuladores e gestores de políticas públicas de trabalho e renda preocupados com os aspectos da diversidade da população economicamente ativa, e principalmente com a discriminação baseada no sistema de sexo/gênero. Alguns gestores optam por apresentar esse tipo de políticas aos empresários como um derivado do *princípio de eficiência*, e portanto como baseadas na competitividade. Com esse enfoque, atender a problemática da discriminação das mulheres no trabalho significaria agir a favor do desenvolvimento econômico (crescimento e competitividade), do aumento da produtividade (produção de bens e serviços), da melhoria da imagem da empresa na sociedade (atingindo a circulação de bens e serviços) e da utilização adequada da multiplicidade e da variedade de recursos humanos disponíveis numa dada sociedade. No entanto, esse enfoque desatende o outro lado da moeda, igualmente importante, que é o compromisso social do empresariado, no que diz respeito à atenção da cidadania e do *princípio de equidade*. Essa ótica, em contrapartida, privilegia o desenvolvimento social (isto é, o crescimento econômico com redistribuição da renda), os direitos humanos e as liberdades fundamentais, a justiça e a harmonia social e a igualdade de oportunidades e opções.³

O livro ainda estimula a refletir sobre alguns pontos importantes para o desenvolvimento de políticas sociais mais justas:

- É preciso olhar a *temporalidade* da problemática de gênero (processos);
- É preciso analisar a problemática em cada *região, setor de atividade, grupos de mulheres* etc (público específico);
- É preciso considerar diversos tipos de *razões* para negociar com diversos atores (objetivos);
- Não há nem poderia haver *uma única solução ou política pública* para todas as mulheres.

Finalmente, podemos afirmar que esse livro constitui um subsídio fundamental para todos aqueles interessados na formulação, na gestão e na avaliação de políticas públicas na área de trabalho e geração de renda (governo, empresários, trabalhadores, movimentos de mulheres, ongs, legisladores, organismos intergovernamentais, entre outros), bem como a pesquisadores comprometidos com a temática das relações de gênero no mundo do trabalho.

¹ *Discriminação positiva. Ações Afirmativas: em busca da igualdade*. Brasília/São Paulo: CFEMEA/Elas, 1996.

² VALDES, Teresa, e GOMARIZ, Enrique. *Mujeres latinoamericanas en cifras. Tomo comparativo*. Santiago de Chile: Flacso/Instituto de la Mujer de España, 1995.

³ Ver CUELLAR, Javier P. de et alii. *Nuestra diversidad creativa. Informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo*. México: Unesco, 1997.

SILVIA CRISTINA YANNOULAS ■

“A Bela Esquina”: gênero e feminismo.

Falas de gênero

SILVA, Alcione Leite da, SOUZA, Mara Coelho de Lago, e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.).

Florianópolis: Mulheres, 1999. 343 p.

Marianne, olhando-se nos próprios olhos diante de um espelho — menos para se ver e mais para refletir sobre si mesma — fala em voz alta: “Pensem o que quiserem. Quanto mais vocês acreditam poder falar de mim, mais eu serei livre em relação a vocês. Às vezes, me parece que as no-

vidades que aprendemos sobre as pessoas perdem logo o valor. No futuro, se qualquer um me explicar como eu sou — seja para me fragilizar ou para me tornar mais forte — eu não admitirei mais uma tal insolência”.¹

Marianne é uma criação ficcional de Peter Handke, uma personagem do romance *La femme gauchère*. Essa fala (emitida logo depois de um diálogo tenso com Bruno, o marido do qual ela, por sua vontade, se separa) sedimenta a ruptura e inaugura seu processo de solidão, de descoberta de si mesma.

A última frase da fala mencionada — extraída do contexto dessa intimidade entre Marianne e si mesma (seus olhos em seus próprios olhos no espelho), individualidade e subjetividade extremas —

poderia ser útil para esboçar a reação que os estudos de gênero prometiam diante de todas as definições, classificações, unificação em uma categoria —naturalizada, essencializada, ou pretensamente historicizada —, a Mulher, as mulheres.

Os estudos de gênero prometiam; cumpriram?

Essa indagação pode ser explorada na leitura da coletânea *Falas de Gênero*, que resultou do terceiro encontro *Fazendo Gênero*, admirável iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina. Admirável pela contribuição que vem oferecendo ao enriquecimento do campo de estudos de gênero e da teoria feminista no Brasil, pelas pesquisas que nele são apresentadas e por suas discussões teóricas. Também, pela continuidade que vem mantendo. O encontro *Fazendo gênero* 3, aconteceu de 13 a 15 de maio de 1998 no Centro de Ciências da Saúde da UFSC e teve como tema geral "Gênero e Saúde".

O livro, *Falas de gênero*, contém dezoito artigos, os quais estão entre uma Apresentação² e um Pós-fácio.³ Apesar de não ter sido esse o meu percurso de leitura, sinto-me tentada a recomendar a leitura da apresentação e do pós-fácio antes da leitura dos artigos; depois, sugiro que se leia a apresentação de novo, os artigos e então o pós-fácio outra vez. Certamente ambos, apresentação e pós-fácio, dirão bem mais do conjunto de artigos e de suas questões do que esta resenha o fará. Os dezoito capítulos estão organizados em três partes — "Teorias", "Análises" e "Leituras" —, e o encadeamento é muito bem resolvido, inclusive pelo debate interno que sugere ao leitor, o que não é muito comum em coletâneas.

Na impossibilidade de detalhar todos os artigos, vou me concentrar nas discussões da primeira parte e na sugestão do debate possibilitado pelo encadeamento ao qual me referi. O primeiro e estimulante artigo é de Joan Scott, sobre a noção de experiência. Discutindo com autores como Raymond Williams e Thompson, entre outros, a autora reivindica ao mesmo tempo o aspecto discursivo da experiência e seu estatuto como fundamento inquestionável da explicação. Ao criticar o projeto de tornar a experiência visível, ela nos incita a pensar que é a própria produção desse projeto de conhecimento que caberia questionar. Para isso, a experiência não é considerada nem como interna nem como externa ao sujeito, ela o constitui; a experiência não adquire significados: ela não aconteceria fora de significados. Com essa crítica, retoricamente conduzida através de uma reflexão

sobre a *meditação autobiográfica* de Samuel Delany, o artigo de Scott interessa não apenas aos estudiosos de gênero, nem apenas aos historiadores (embora sejam estes seus interlocutores explícitos), mas também ao debate teórico das ciências humanas em geral. Se encontro nesse artigo a promessa bem cumprida dos estudos de gênero, questão a que me referi no início, Scott fica nos devendo maior extensão e precisão de frases muito jogadas, como "a linguagem é o local onde a história é encenada". Muitos talvez sentir-se-iam à vontade para inverter esta frase.

No artigo seguinte, Maria Ignez S. Paulillo contesta o que ela designa como maniqueísmo metodológico, ou seja, a dicotomização entre os positivistas e os não positivistas, e desafia alguns dos pressupostos feministas em sua rejeição ao positivismo. Rebatendo a associação entre positivismo e método quantitativo, ponto alto do artigo, a autora chama a atenção para os aspectos importantes de muitas contribuições cujos autores foram taxados de positivistas pela preocupação com o rigor das inferências e de demonstrações, por exemplo. É na relação entre objetividade e subjetividade que parece estar colocada a ênfase do artigo. Em primeiro lugar, ao criticar a defesa da subjetividade na elaboração do conhecimento científico a autora diz que esse pressuposto acaba adquirindo um estatuto tão universal quanto aquele que a objetividade teria para os positivistas.

Em segundo lugar, ela expressa sua dúvida sobre a capacidade atribuída à ciência, uma vez subjetivada, a decidir sobre valores. O que constituiria um *falso passaporte para posturas críticas*. O artigo, pela clareza e pela pontuação da crítica, abre um debate importante e que precisa ser aprofundado. Inclusive porque a relação — entre objetividade e subjetividade — que muitos acharam possível resolver com a intersubjetividade, com a objetivação da subjetividade ou com outras combinações mais recentes, ainda constitui um problema a resolver. E se ainda é necessário situar melhor a discussão crítica em relação ao feminismo, ela seria voltada à teoria feminista? às teorias feministas? a uma ou a algumas perspectivas teóricas que as orientam?

O artigo de Claudia de Lima Costa situa-se exatamente numa discussão de crítica ao positivismo (afirma inclusive sua derrocada desde os anos 60) e tem como tema o debate em torno da etnografia regida pela poética do poder, que conforme a autora deixaria em segundo plano

uma política de poder no campo, particularmente problematizada a partir de uma perspectiva feminista. Entendendo que o feminismo deriva sua teoria de uma prática fundamentada na materialidade da opressão sofrida pelas mulheres (p. 78), Claudia de Lima Costa nos remete a algumas das tensões entre antropologia e feminismo, entre o trabalho de campo e o da escrita, entre uma genealogia masculina na antropologia e a contribuição de etnografias feministas, bem como aos impasses políticos da representação da alteridade. O artigo é instigante. Principalmente no critério que usa para a distinção entre a boa e a má etnografia, o qual se desloca dos procedimentos de condução da pesquisa e da escrita para sustentar-se no vínculo com o projeto ético-político que a sustenta. Mais especificamente ao sugerir práticas etnográficas alternativas, geradas por uma imaginação feminista (p. 94). E ainda porque complexifica seus próprios pressupostos e os dos textos com os quais dialoga. Entretanto, em alguns momentos, ao referir-se ao cânone antropológico, o artigo deixa de considerar os vários contextos de embates, clássicos ou contemporâneos, nos quais a antropologia se constitui. Assim, supõe como canônico o que alguns debates elegem como tal. Além do mais, creio que é preciso repensar afirmações como "a atitude imperial de Malinowski de falar com a voz do outro". A leitura de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental e de Baloma: o espírito dos mortos*, mesmo para os críticos de Malinowski e do contexto colonial onde sua etnografia se fez possível, revela a preocupação com a transcrição (com minuciosa atenção lingüística) dos mitos e das fórmulas mágicas dos trobriandeses, com a viva descrição de suas crenças, que adquirem plena realidade na visita dos mortos às aldeias dos vivos, com a descrição minuciosa da técnica de construção das canoas e das trocas intertribais. Essas etnografias permitiram contestar pressupostos gerais sobre os "primitivos", bem como o caráter universal de um valor histórico (próprio do universo social do autor), o da lógica estritamente econômica da troca. Efeitos conceituais e políticos nada desprezíveis, particularmente na época em que essas obras foram publicadas.

Também em outros momentos a discussão sobre uma "genealogia feminina" na antropologia ou sobre uma "tradição feminina de escrita etnográfica alternativa" deixa de levar em conta que a trajetória da antropologia é marcada por escritas bem convencionais de antropólogas e

escritas bem alternativas de antropólogos. O encontro da antropologia com a literatura — na obra de Leiris por exemplo — resulta numa escrita antropológica "não canônica". Seria feminina? Para quem já leu *Sexo e Temperamento*, de Mead, a leitura do outro texto da mesma autora, escrito anos depois, "Macho e Fêmea", é desconcertante. No primeiro, através de uma etnografia de três sociedades relativamente adjacentes, Mead mostra a arbitrariedade de valores como feminino e masculino em relação à diferença biológica do sexo. Ou seja, não haveria uma conformidade, nem uma continuidade, entre o sexo biológico e o que a sociedade lhe atribua como valor. Ou seja, não haveria uma conformidade nem uma continuidade entre o sexo biológico e o que a sociedade lhe atribuiria como valor. Assim, a divisão de trabalho e as qualidades que compõem as pessoas, como exemplos, dependeriam deste valor cultural (o lugar destinado ao gênero) e não do sexo biológico. Essa perspectiva mais arrojada se perde no livro de 1949. Embora mostrando como as sociedades investem culturalmente nos corpos e nos gestos das crianças para torná-las homens ou mulheres, e em várias partes do mundo, Mead não repõe com a mesma ênfase o argumento anterior e vai buscar as lições que a ciência poderia dar em benefício da complementaridade (em oposição à competitividade) entre os dois sexos e seus diferentes "dons" (o termo é dela). Trata-se aqui mais de integrar as diferenças a serviço da humanidade. Ou seja, reconhecemos nesse segundo livro de Mead o contexto político da época (logo após o final da Segunda Guerra Mundial). Enfim, genealogias e gerações, e mesmo gênero, parecem pedir para serem lidos em seus sentidos, raramente presumíveis a priori, de um contexto complexo de relações.

A densidade do artigo de Claudia de Lima Costa, a amplitude de sua discussão bibliográfica, sua reflexão criativa no campo do feminismo e principalmente a contestação de uma supervalorização da poética do poder são um convite aos interessados numa interlocução estimulante. Aliás, o pressuposto nuclear do artigo é retomado num dos capítulos da última parte, "Leituras", no qual Simone Pereira Schmidt, a partir de duas páginas poéticas dedicadas à celebração da vulva, no caderno *Mais!* (suplemento da *Folha de São Paulo*), de julho de 1997, afirma: "diferentemente do que pensa Costa, pretendo defender a eficácia política de uma poética do lugar". Assim, como eu indicava no início, não só o encade-

amento dos artigos sugere um debate. Há também um debate explícito. O que ainda mais recomenda esse livro.

Mas, voltemos à seqüência do livro. O artigo seguinte ao de Lima Costa é "A pesquisa como prática de cuidado na emancipação da Mulher". Nele, Alcione Leite da Silva defende o que o próprio título indica. Remetendo aos efeitos da crítica feminista a um modelo de ciência (particularmente a objetividade, a verdade e a separação entre teoria e prática), a autora situa seu referencial numa vertente feminista pós-moderna. Em função disso, explicita em seguida a definição de feminismo que defende, ou seja "um compromisso político, uma consciência, uma forma de pensamento e uma práxis" (p. 106). Depois, qualifica o feminismo, o pós-moderno. Uma vez situada sua perspectiva, a autora refere-se mais detalhadamente a sua sugestão da pesquisa como prática de cuidado. Como tal, a pesquisa se deslocaria de uma preocupação com o avanço do conhecimento ou da resolução de uma questão empírica para o compromisso entre a pesquisadora e as participantes. Nesse encontro, afirmado como dialógico, o propósito fundamental seria estimular uma reflexão sobre a vida cotidiana, sobre os processos políticos e sociais, numa relação de reciprocidade e intimidade, no estímulo à mudança. A autora, durante o artigo, vai explicitando o que seria a qualidade da pesquisa proposta, através inclusive de noções como emancipação, ativismo político, espaço para o desejo e abertura de esperanças e possibilidades. Ou seja, a pesquisa como "instância de emancipação política e social" (p. 116), ou ainda como meio para a criação de "comunidades transformadoras de diferenças" (p. 114). Não é a primeira vez que a pesquisa é afirmada como meio para a prática política (aquela, por exemplo, que já foi chamada de pesquisa-ação). Mas nesse artigo, a incógnita é o estatuto da noção de conhecimento. Pois se "o papel da pesquisadora deixa de ser avançar o conhecimento ou de resolver uma questão empírica" (p. 110), e se um dos desafios para a pesquisa feminista é que não "há clareza de como constituir um conhecimento de forma emancipatória" (p. 115), ou ainda se a reação ao que é designado como "modelo científico tradicional" é uma pesquisa que difira do "modelo patriarcal", tudo indica, estamos também diante de um diálogo com os "modelos" e com conhecimentos científicos.

O último artigo dessa primeira parte, "Identidade: a fragmentação do conceito", sintetiza al-

guns dos impasses em torno de identidade na teoria social e ressalta a importância do recurso à psicanálise. Esse recurso, conforme a autora, Mara Coelho de Souza Lago, permitiria tornar mais complexa a noção do sujeito como construção consciente considerando a de sujeito inconsciente e a de sujeito do inconsciente (p. 122). Nessa perspectiva — no que se desloca para a noção "de constituição simbólica do sujeito enquanto significado pela cultura" — não caberiam as dicotomias sociedade/indivíduo/cultura. A identidade, como construção imaginária e organização ficcional, não suportaria a separação entre um eu e a sociedade e a cultura (no que a autora tem razão, pois muitas teorias a efetuem e assim criam para si mesmas os problemas de como juntar o que foi separado), nem a fragmentação do sujeito particular em sua relação com a fragmentação e a multiplicidade do social. A identidade seria assim concebida como história de vida, com um mínimo de coerência e unidade interna imaginária.

O argumento é estimulante para os que se vêem diante das teorias que ainda procuram resguardar o conceito de identidade, ou diante daquelas que praticamente o dissolvem; para os que ainda não se convenceram de que as redes objetivas em que se situam os agentes seriam suficientes para tornarem mais compreensíveis as trajetórias de sujeitos particulares e os sentidos dessas trajetórias. Mas também no que nos incita a continuarmos colocando sob suspeita o que Scott, em seu artigo nesse livro, chama de evidência e autenticidade das experiências e de naturalização e universalidade de categorias "como homem, mulher, preto, branco, heterossexual ou homossexual ao tratá-las como características inerentes aos indivíduos" (p. 30). Entretanto, nesse particular, o artigo de Souza Lago apenas indica algumas boas perguntas (inclusive sobre a identidade de gênero dos transexuais) e no final pára nos limites de uma perspectiva da identidade como atribuição social. No plano político, onde boa parte das identidades travam sua afirmação, a atribuição não apenas é uma das pedras do tabuleiro onde o jogo se faz, mas também, e principalmente, ela própria pede a consideração sobre relação entre atribuição e a auto-atribuição, as mediações que sustentam as pertinências e os repertórios narrativos disponíveis para a "constituição imaginária e organização ficcional".

Na segunda parte do livro, "Análises", os artigos tratam de políticas públicas e de saúde, escritos por Eva Alterman Blay, Clair Castilhos Coelho, Estela Maria Leão de Aquino; sobre a criminalização de práticas abortivas, por Joana Maria Pedro; so-

bre novas formas de paternidade, por Maria Juracy Toneli Siqueira; sobre a incursão da medicina no debate sobre a sexualidade no início do século no Brasil, por Maria Bernardete Ramos Flores; e sobre os desafios teóricos da corporalidade postos pelas ações dos transgender, por Sônia Weidner Maluf.

Na terceira e última parte, "Leituras", os artigos tratam de diários femininos, como faz o de Maria Teresa Santos Cunha; de uma nova matriz narrativa sobre paternidade e maternidade na literatura feminista contemporânea, como o escrito por Susana Bornéo Funck; de um poema de Vinícius de Moraes como meio de entender as contradições da masculinidade definida como machismo, numa leitura de Tânia Regina Oliveira Ramos; e finalmente de uma belíssima incursão, a de Zahidé Lupinacci Muzart, no diário em formas de cartas à filha escrito por Calamity Jane, pessoa-personagem do Velho Oeste.

Como se pode ver, o campo de estudos de gênero e do feminismo é amplo, as *Falas de Gênero* são múltiplas e ressoam em lugares e linguagens distintos. Em algumas linguagens, recusa-se às totalizações prévias e naturalizadas, que em outras se fazem presentes. Em alguns lugares, os pressupostos feministas aceitam o desafio de que "a identidade é um mau sistema visual" (Haraway); em outros ainda "se estabelece de forma incontroversa a identidade das mulheres como pessoas com

agenciamento" (Scott). Como diz Scott, sabemos que a diferença existe mas ainda estamos diante do desafio de entendê-la como constituída relacionalmente. Mesmo porque, como reclama Strathern, estamos também aprisionados a um modelo relacional que supõe que relações são relações entre entidades concretas e entre pessoas.

Assim, enquanto as pesquisas e discussões sobre (e entre) gênero e feminismo continuam, lembremos o desabafo ainda nada anacrônico (para o bem e para mal) de Simone de Beauvoir sobre sua insatisfação quando, falando como intelectual, era interpelada naquele contexto dialógico em sua condição de mulher. Assim como a personagem Marianne que, lembremos também, desabafa dizendo: "no futuro, se qualquer um me explicar como eu sou — seja para me fragilizar ou para me tornar mais forte — eu não admitirei mais uma tal insolência". Essa é uma bela esquina onde podem, quem sabe, se encontrar, os estudos de gênero e as teorias feministas; as teorias, as análises, as leituras e os atos.

¹ HANDKE, Peter. *La femme gauchère*. Paris: Gallimard, 1978, p. 34-35. Tradução minha.

² Escrita pelas organizadoras da coletânea.

³ Escrito por Miriam Grossi.

SUELY KOFES ■

Transformações nas relações de gênero

Os Novos Desejos: Das academias de musculação às agências de encontros

GOLDENBERG, Mirian (org.).

Rio de Janeiro: Record, 2000. 192p.

Os Novos Desejos, coletânea organizada pela antropóloga Mirian Goldenberg, reúne seis artigos que têm como proposta discutir as transformações nas relações de gênero, tomando como palco o dia a dia da cidade do Rio de Janeiro. O livro revela diferenças significativas nas formas pelas quais homens e mulheres vivem seus cotidianos, analisando valores e concepções que orientam

práticas e visões de mundo dos universos sociais observados.

As questões que emergem dos estudos apresentados são relevantes para um entendimento mais abrangente da cultura brasileira, contribuindo, pela observação das diferenças de estilos de vida, para ampliar a discussão referente ao campo da antropologia urbana.

Além de dois artigos de sua própria autoria, Mirian Goldenberg trouxe a público quatro trabalhos de alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Todos se destacam pelas qualidades inerentes às investigações de Goldenberg e a seus ensinamentos como professora de Metodologia Científica: a leitura do significado das relações sociais, o entendimento de valores e representações, a descrição das práticas em sua